



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639868 - SC (2021/0011267-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : RICHARD MANOEL LESSA VIEIRA
ADVOGADO : RICHARD MANOEL LESSA VIEIRA - SC051180
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ADEMIR DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADEMIR DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE CRICIÚMA (Execução Provisória n. 0000930-81.2016.8.24.0044/SC).

Sustenta o impetrante o direito do paciente a remição de 177 dias de pena, em razão da aprovação total no ENCCEJA, referente ao ensino fundamental, nos termos da Resolução n. 44/2013 do CNJ, que deu interpretação extensiva à Lei n.12.433/2011.

Requer, liminarmente, a remição de 177 dias de pena. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada pela Corte de origem. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO AGRAVADA. EXECUÇÃO. PLEITOS DEFENSIVOS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO DOMICILIAR. DEFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. PERDA DE OBJETO. NOVA REALIDADE FÁTICA. HABEAS CORPUS PREJUDICADO. AGRAVO DESPROVIDO.

I - É assente nesta eg. Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

II - Nos termos do art. 159, IV, do RISTJ, não haverá sustentação oral no julgamento de agravo.

III - No que concerne ao pleito defensivo de concessão de liberdade provisória ou de aplicação de pena restritiva de direitos ao apenado, bem como de remição de pena, verifica-se que os temas suscitados não foram examinados pelo eg. Tribunal de origem, restando inviável o conhecimento da impetração, no ponto. Como consabido, se as questões suscitadas no presente habeas corpus não foram objeto de análise

do eg. Tribunal a quo, fica impedida esta Corte Superior de proceder ao seu exame, sob pena de atuar em indevida supressão de instância.

IV - Constata-se, das informações fornecidas pela eg. Corte local, que foi deferida ao paciente, em 20/3/2020, a prisão domiciliar.

Desse modo, forçoso reconhecer, por mais uma oportunidade a prejudicialidade do presente mandamus, tendo em vista a perda superveniente de seu objeto e a nova realidade fática da execução penal do sentenciado.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 567.198/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 19/05/2020, DJe 28/05/2020)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência